

Trump e o negacionismo de negócio



Por PAULO CAPEL NARVAI*

O negacionismo não é desinteressado. Não é apenas produto de notável ignorância. É negócio. Uma espécie de negacionismo de negócios

1.

Alguns dias após Donald Trump, do Partido Republicano, ser eleito pela segunda vez à presidência dos EUA, soube-se, em 14 de novembro de 2024, que Robert F. Kennedy Jr comandaria o *Department of Health and Human Services* (HHS), órgão equivalente, no federalismo daquele país, ao nosso Ministério da Saúde. O HHS tem como missão supervisionar as principais agências de saúde dos EUA, incluindo o CDC, sigla que identifica o Centro de Controle e Prevenção de Doenças, a mais importante agência de saúde pública do país - apenas para se ter uma noção de sua importância, está sob controle do CDC uma das duas amostras do vírus da varíola existentes no mundo. A outra está num órgão equivalente na Rússia.

Kennedy Jr é sobrinho do ex-presidente John F. Kennedy e filho do ex-senador Robert F. Kennedy, ambos filiados ao Partido Democrata. John foi assassinado em novembro de 1963, quando exercia o mandato presidencial. Robert foi assassinado cinco anos depois, em junho de 1968, quando disputava a indicação do seu partido à presidência do país.

Apesar da forte ligação da sua família com o Partido Democrata, Kennedy Jr integrou-se à campanha do republicano Donald Trump por sua identificação com as posições negacionistas do candidato. Para o trumpismo não houve maiores dificuldades para acolher aquele a quem um amigo qualificou como "a fruta podre do clã dos Kennedy", dada a sua trajetória abertamente antivacinista. Entidades e cientistas [alertaram](#) para o significado de colocar Kennedy Jr no comando da política de saúde. Trump, que tem apoio da maioria do Congresso, os ignorou, obteve a confirmação de Kennedy Jr no Senado e o nomeou para o HHS.

Uma das "teses" que ganharam o coração de Kennedy Jr é a farsa da associação entre autismo e vacina contra o sarampo, que teve origem no artigo do médico britânico Andrew Wakefield, publicado em 1998 na revista científica *The Lancet*. O artigo foi produzido [com dados fraudados](#) e foi comprovado o conflito de interesse do autor, pois Andrew Wakefield havia sido contratado por advogados para produzir dados contra a vacina utilizada na época, para que eles pudessem ganhar dinheiro processando os fabricantes. Em 2010, o [Conselho Geral de Medicina do Reino Unido](#), julgou Andrew Wakefield, condenando-o. O médico foi considerado inapto para o exercício da profissão e sua conduta qualificada como irresponsável, antiética e enganosa. Como consequência a revista *The Lancet* [fez uma retratação](#) e reiterou que as conclusões do estudo eram falsas.

Nada disso, porém, demoveu Kennedy Jr de sua crença. Ao contrário. Em 2021, Kennedy Jr foi o produtor executivo de [Vaxed 2: The People's Truth](#), sequência do documentário *Vaxed*, dirigido por ninguém menos do que Andrew Wakefield,

a terra é redonda

o reconhecido falsificador dos dados da pesquisa sobre autismo e vacina contra o sarampo.

Sabendo da falsificação, por que Kennedy Jr seguiu abraçado com o falsificador? Estupidez? Não. Negócio. O negacionismo nunca foi, e não é, apenas ignorância. É, também, negócio.

2.

Advogado, 70 anos, com atividades profissionais na área de direito ambiental, Kennedy Jr foi nomeado, pois Donald Trump crê que ele [será capaz](#) de “garantir que todos estejam protegidos dos produtos químicos nocivos, dos poluentes, dos pesticidas, dos produtos farmacêuticos e dos aditivos alimentares que contribuíram para a avassaladora crise de saúde” naquele país. Para o presidente, seu “ministro” da saúde defenderá os interesses dos cidadãos contra “o complexo industrial de alimentos e as companhias farmacêuticas que se envolveram em farsas e desinformação”, bem como dará fim à “epidemia de doenças crônicas, fazendo com que os Estados Unidos voltem a ser grandes e saudáveis novamente”.

Kennedy Jr não deixou por menos e, ao agradecer a indicação, afirmou que pretende “varrer a corrupção e acabar com os conflitos de interesse generalizados em nossas agências governamentais de saúde”. Com esse ímpeto, prometeu “fazer com que os americanos voltem a ser as pessoas mais saudáveis do mundo”.

Porém, a julgar por suas declarações, há riscos importantes de que aconteça o oposto do que ele pretende.

Os EUA, país em que os índices de cobertura vacinal são piores do que os registrados no Brasil, mesmo nos desgovernos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, terá coberturas ainda menores na gestão de Kennedy Jr, com a promoção do antivacinismo a partir de órgãos do próprio governo. Essa orientação política repete a estratégia adotada no Brasil, pelo governo Bolsonaro, caracterizada por incessante hostilidade ao SUS e às ações de saúde pública, que partiam do Palácio do Planalto, impulsionadas pelo denominado “Gabinete do Ódio”. O negacionismo e o antivacinismo transformados em política pública, produziram [efeitos devastadores sobre a cobertura vacinal](#) em todo o Brasil.

Outra “tese” abraçada com entusiasmo por Kennedy Jr se refere simultaneamente às áreas de saúde e ambiente. Além da reiterada oposição ao [Acordo de Paris](#), o tratado internacional sobre mudanças climáticas, adotado em 2015, o agora dirigente do HHS tem declarado sua [oposição à fluoretação da água](#) que, em sua visão negacionista é feita com “um resíduo industrial” que produz “artrite, fraturas ósseas, câncer ósseo, perda de QI, distúrbios do neurodesenvolvimento e doenças da tireoide”. Embora o flúor seja um elemento natural, ocorrendo no ar, solo e água, o representante do governo de Donald Trump para a saúde prefere crer que se trata de um veneno.

Após a eleição de Donald Trump, Kennedy Jr prometeu que “em seu primeiro dia, o governo recomendará que todos os sistemas de abastecimento público de água dos EUA interrompam a medida”. Trata-se de [recomendação](#) pois a decisão sobre o assunto não cabe ao governo federal, mas a cada autoridade pública local. Se essa recomendação for aceita, será um golpe duríssimo para a saúde pública, com notáveis prejuízos às pessoas.

3.

a terra é redonda

A tecnologia de saúde pública conhecida como “fluoretação da água” consiste em ajustar os níveis de fluoretos encontradas naturalmente em todas as águas, situando-os em patamares seguros para a saúde humana. Conhecimentos científicos consolidados há mais de 50 anos indicam que quando a água utilizada para consumo humano contém teores de fluoretos similares aos encontrados nas águas dos mares e oceanos, o flúor é muito eficaz para prevenir a cárie dentária e seguro para as pessoas.

Nos EUA essa tecnologia começou a ser utilizada há 80 anos, em 1945. Em 1999 foi considerada uma das [dez principais conquistas da saúde pública](#) naquele país. Como resultado da sua eficácia, comprovada por algumas centenas de pesquisas independentes, sua cobertura vem sendo ampliada: era de 65% da população no ano 2000; aumentou para 73% em 2018. A [meta para 2030](#) é chegar a 77%.

Atualmente, os [EUA lideram em nível mundial](#) a utilização dessa tecnologia. O Brasil ocupa o segundo posto em escala global, considerando-se números absolutos. Mas o Brasil registra, também nessa área, importantes [desigualdades macrorregionais](#), com a situação sendo melhor no Sul do que no Norte.

Na capital paulista, que em 2025 completa 40 anos de uso ininterrupto da fluoretação da água, a medida é a principal responsável pelo declínio na prevalência e severidade da cárie dentária. Em 1985, quando teve início a fluoretação, apenas 5% das crianças paulistanas estavam livres da doença na idade-índice de 12 anos, usada por epidemiologistas para comparações. Essa porcentagem se elevou para 40% em 2002 e alcançou 55% em 2023. O número médio de dentes atingidos por cárie declinou de [6,5](#) em 1985 para [1,4](#) em 2023.

Se a decisão de Kennedy Jr fosse levada em conta na capital paulista, esses números dão a medida do impacto brutalmente negativo sobre a saúde bucal das crianças paulistanas. Em São Paulo, e no Brasil, o emprego da tecnologia de fluoretação das águas para consumo humano, pela Sabesp e demais empresas de tratamento da água, é amparada pela [lei 6.050](#), de 1974, corroborada pela [lei 14.572](#), que instituiu em 2023 a Política Nacional de Saúde Bucal. Baixo Guandu, no Espírito Santo, é a primeira cidade brasileira em que a medida foi implementada, em 1953. Diferentemente dos EUA, no Brasil a decisão sobre o tema não cabe, portanto, às autoridades locais de saúde e saneamento, mas ao Congresso Nacional. Sua execução, porém, nos termos das leis e normas nacionais, compete à empresa de tratamento da água que administra o setor em cada cidade.

Por sua comprovada segurança e eficácia, a fluoretação das águas de abastecimento público é recomendada por entidades de odontologia e de saúde pública em todo o mundo. Inclusive pelo [CDC](#) dos EUA e pela [Organização Mundial da Saúde](#) (OMS).

4.

Mas Kennedy Jr anunciou também que o governo Trump retirará os Estados Unidos da OMS já [nos primeiros dias de governo](#). Essa decisão foi duramente criticada, [dentro](#) e [fora](#) dos EUA, mas foi tomada no dia da posse de Trump, por meio de uma “[ordem executiva](#)”. O país sediou, no pós-Guerra, a [criação da OMS](#), instituída como um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) em 17 de abril de 1948.

Nas últimas décadas a participação [estadunidense no financiamento da OMS](#), cujo orçamento anual é de cerca de US\$ 6,8 bilhões, é de aproximadamente US\$ 450 milhões. Boa parte dos recursos da OMS tem origem em doações de apoiadores não estatais. Dentre os países, a participação dos EUA gira em torno de 20%, o que faz enorme diferença no orçamento. Mas Trump quer dar outro destino a esse dinheiro. Porém, a saída dos EUA do órgão fragiliza não apenas a OMS, mas a

a terra é redonda

própria ONU - um conhecido instrumento de exercício do poder imperial daquele país.

E prejudica, sobretudo, populações ao redor do mundo, não apenas a população estadunidense, que ficará desprotegida de acordos globais sobre epidemias e pandemias. Impactará forte e negativamente os povos da África, da Ásia e da América Latina, regiões onde a OMS participa ativamente nos esforços para assegurar proteção sanitária universal.

Nas três américas, a OMS atua por meio de sua representação na região, a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS). O órgão supranacional vem desenvolvendo atividades decisivas para a saúde pública em vários países, há mais de um século. São feitos notáveis na prevenção e controle de epidemias, como o processo de erradicação da varíola - [esforço mundial](#) do qual participou o brasileiro Ciro de Quadros que, em seguida, dedicou-se ao controle da poliomielite nas Américas, tendo sido bem-sucedido mesmo enfrentando enormes dificuldades, inclusive conflitos armados em El Salvador, Nicarágua e Peru.

Criada em 1902, a OPAS tem sede em Washington, se integrou à OMS no processo de instituição do órgão mundial da ONU e teve, até o momento, 11 diretores. Dois brasileiros a dirigiram: Carlyle Guerra de Macedo, no período de 1983 a 1995 e Jarbas Barbosa, seu atual diretor, [eleito](#) em 2022. O [SUS](#), criado em 1988, e o [Programa Mais Médicos](#), ambos duramente criticados por conservadores no Brasil, contaram com apoios decisivos da OPAS, que também participou das articulações de que resultou o [Programa Nacional de Imunizações](#) (PMI), em 1973.

Atualmente, o [Programa Nacional de Imunizações](#) disponibiliza 48 imunobiológicos a todos os brasileiros, gratuitamente, por meio do SUS: 31 vacinas, 13 soros e 4 imunoglobulinas. A saída dos EUA da OMS atinge duramente a OPAS e, indiretamente, todas as suas atividades na América Latina, incluindo o Brasil.

O antivacinismo, o antifluoracionismo, a renúncia à liderança na OMS, todas essas medidas parecem não se coadunar com o papel que os EUA exercem no mundo contemporâneo. Então, por quê?

Dinheiro. Negócio. Os interesses privados entranharam-se a tal ponto no interior do poder do império norte-americano, que começa a se espraiar sobre os instrumentos de exercício desse poder, uma espécie de "anarquia da produção capitalista", perdendo-se a perspectiva do interesse público - ainda que se trate, no caso de Donald Trump, do interesse público apenas nacional, como reiterou, de modo inequívoco, em seu discurso de posse em 20/1/2025. O negacionismo, em suas diferentes expressões, das vacinas às mudanças climáticas, não é, portanto, desinteressado. Não é apenas produto de notável ignorância. É negócio.

O modo jubiloso com que Donald Trump se referiu ao petróleo na cerimônia de posse expressa um tipo de negacionismo motivado por interesses econômicos e não por desconhecimento sobre o significado climático de [seguir queimando petróleo](#). Trata-se, portanto, de uma espécie de negacionismo de negócios, em que interesses particularistas prevalecem sobre o interesse público, destruindo políticas públicas e comprometendo o interesse do país em acordos internacionais.

Até onde o negacionismo de negócios prevalecerá no governo Donald Trump? Resposta nos próximos quatro anos. Ou em alguns meses.

***Paulo Capel Narvai** é professor titular sênior de Saúde Pública na USP. Autor, entre outros livros, de *SUS: uma reforma revolucionária* (Autêntica). [<https://amzn.to/46jNCjR>]

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)